

AS INTENCIONALIDADES DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

THE INTENTIONALITY OF THE NATIONAL PACT FOR ALPHABETIZATION IN THE RIGHT AGE ON BRAZIL'S EDUCATION

LAS INTENCIONALIDADES DEL PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA PARA LA EDUCACIÓN EN BRASIL

Márcia Cossetin¹
Vanessa Pilarski²

Resumo: O artigo objetiva o estudo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC e busca a compreensão das intencionalidades deste como Política Educacional. O problema de investigação concentrou-se no questionamento: “Quais as intencionalidades do PNAIC para a educação no Brasil?”. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com investigação documental e bibliográfica, em que foram utilizadas fontes primárias e fontes secundárias, fundamentadas em estudos da temática na atualidade. Inicialmente, contextualiza-se a história das políticas de alfabetização no Brasil, para então avançar ao objeto de pesquisa – o PNAIC. Conclui-se que o PNAIC foi uma política importante, que procura agir de forma a garantir o acesso à alfabetização. Todavia, no contexto em que a Política de Avaliação da Educação Básica - SAEB é central, preocupa-se mais com indicadores quantitativos, se comparados à qualidade do ensino e, assim, torna-se um programa viável para atender às necessidades de aumento dos índices de alfabetização.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala; Políticas Educacionais; Pacto pela Alfabetização na Idade Certa.

Abstract: The article has as main goal to study the National Pact for Alphabetization in the Right Age - PNAIC, trying to understand the intentionality of the as Educational Policy. Therefore, the investigation problem was focused on the following question: “what is The intentionality of the PNAIC on Brazil's Education?”. For this purpose, the research developed is characterized by a qualitative approach, with documental and bibliographical investigation, in which primary sources were used, among others. First, the history of the alphabetization policies in Brazil is contextualized, to then move forward to the object of research - PNAIC, being a current educational policy in the country. Through the studies held, it is concluded that the PNAIC configured itself as an important policy, as it seeks to act in way that guarantees the access to alphabetization. However, in a context where the Evaluation Policy of Basic Education- SAEB has been central, it focuses more on the quantitative indicatives, if compared to the quality of teaching, and, also, it becomes a viable program to attend the necessities of the rise on the alphabetization rates.

Key-words: Large-scale evaluation; Educational Policies; Pact for Alphabetization in the Right Age.

Resumen: El artículo objetiva el estudio del Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, busca la comprensión de las intencionalidades do PNAIC como una Política Educacional en Brasil. De ese modo, la problemática de la investigación se concentró en el siguiente cuestionamiento: “¿Cuáles son las intencionalidades del PNAIC para la educación en Brasil?”. Para tanto, la investigación desenvuelta se caracteriza por un abordaje cualitativo, con análisis documentales y bibliográficas, en la cual se utilizaron fuentes primarias, como el documento de orientación del PNAIC

¹ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. marciacossetin@yahoo.com.br. <http://orcid.org/0000-0002-5005-7756>.

² Professora da educação básica na rede privada de ensino no município de Cascavel, Paraná, Brasil. vanessapilarski@hotmail.com.

2017, y fuentes secundarias, fundamentadas en estudios de la temática en la actualidad. Inicialmente, se contextualizó la historia de las políticas de alfabetización en Brasil, para así avanzar al objeto de la investigación – PNAIC, siendo una política educacional actual del país. Se concluye que el PNAIC se configura como una política imprescindible, en la proporción en que se procura actuar de forma a garantizar el acceso a la alfabetización. En tanto, en un contexto en el que la Política de Avaliação da Educação Básica - SAEB está centralizada, se preocupa más con los indicativos cuantitativos si comparados con la cualidad de la enseñanza y, así, se torna un proyecto viable a las necesidades del crecimiento de los índices de alfabetización.

Palabras-clave: Avaliação a gran escala; Políticas Educacionais; *Pacto pela Alfabetização na Idade Certa*.

Introdução

A temática proposta para esta pesquisa foi motivada por meio do trabalho realizado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID³, que possibilitou uma aproximação com a situação da alfabetização no Brasil, especificamente, nas escolas públicas. A busca pela compreensão desta temática instigou a pesquisa sobre uma das políticas determinantes desse processo, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Assim, define-se o problema de investigação, que se detém ao seguinte questionamento: Quais as intencionalidades do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para a educação no Brasil?

O objetivo geral se concentrou em compreender as intencionalidades do PNAIC como Política Educacional no Brasil. Os objetivos específicos foram: a) entender a construção histórica das políticas de alfabetização no Brasil; b) averiguar o contexto de constituição do PNAIC e seus pressupostos; c) identificar as justificativas que asseguram que todas as crianças estejam

alfabetizadas até o 3º ano do Ensino Fundamental I; d) analisar as proposições do PNAIC a partir do ano de 2017.

Para a construção do histórico da alfabetização no Brasil, foram utilizados estudos bibliográficos de fontes secundárias, com foco em autores que estudam a temática na atualidade, como Brandão (2017), Brotto (2013), Paula (2010), Soares (2010), Mortatti (2010), Freitas (2003) entre outros. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa em fontes primárias, sendo estas, os documentos orientadores do PNAIC. Foram selecionados os seguintes documentos: Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012, Lei n. 12.801, de 24 de abril de 2013, Portarias n. 851, de 13 de julho de 2017 e n. 826, de 7 de julho de 2017 e o documento orientador do PNAIC 2017.

A pesquisa se define conforme o pesquisador sente-se instigado por determinada temática, dessa forma, também o objeto de pesquisa e seus elementos devem estar em sintonia com o pesquisador, conforme Evangelista (2012),

Se o documento existe fora do pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento: localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta. Esses passos resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, se vinculam aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, qual seja discutir, elucidar, desconstruir compreensões do mundo; discutir,

³ O Programa é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação – MEC que proporcionava aos estudantes uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas, sendo possível uma articulação entre teoria e prática. Desenvolvido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *câmpus* de Cascavel, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

elucidar, construir compreensões do mundo: produzir documentos, produzir conhecimentos é produzir consciências (EVANGELISTA, 2012, p. 5).

A fim de desenvolver aquilo que fora elencado como objetivo organiza-se o texto da seguinte forma, primeiro subtítulo, “A questão da Alfabetização no Brasil: visitando a história das Políticas Educacionais para alfabetizar”, se apresenta uma contextualização da criação dessas políticas e procura-se relacioná-las com a alfabetização; em seguida, no segundo subtítulo, “Para compreender o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa: constituição e intencionalidades”, se realiza a exposição do contexto de criação do PNAIC no ano de 2012 e sua reformulação no ano de 2017, inferindo algumas relações dos fatores que estão subjacentes ao PNAIC, ou seja, o Ciclo Básico de Alfabetização e a Política de Avaliação da Educação Básica - SAEB – por fim encerra-se a discussão, tecendo algumas considerações, a partir dos elementos encontrados e problematizados no processo de pesquisa.

A questão da Alfabetização no Brasil: visitando a história das Políticas Educacionais para alfabetizar

As Políticas Educacionais e, mais especificamente, as políticas anunciadas e pensadas no âmbito da alfabetização, trazem como cerne a intencionalidade de minimizar as adversidades no que se refere ao desenvolvimento do país, ou seja, promover o êxito na alfabetização da população. Em muitos momentos da formação das Políticas Educacionais, estas eram vistas, também, como promoção do desenvolvimento do Brasil. É nessa perspectiva, que as Políticas de alfabetização fazem parte de um processo que deriva de uma trajetória de constantes modificações, de continuidades e descontinuidades.

A constituição histórica da alfabetização no Brasil perpassa e engendra-se à trajetória econômica e política do país, marcada, assim, por determinações que extrapolam o contexto meramente educacional. Neste sentido, podemos demarcar que as primeiras ações coletivas, direcionadas para o alfabetizar, iniciaram-se no final do século XIX,

Nas décadas que antecederam a Proclamação da República brasileira, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo. Entretanto, foi somente a partir da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública, especialmente a paulista, que as práticas sociais de leitura e a escrita se tornaram práticas escolarizadas, ou seja, ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à organização metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país, de acordo com os ideais do regime republicano (MORTATTI, 2010, p. 330).

Com a Proclamação da República, em 1889, verifica-se a necessidade imposta pela oposição às oligarquias⁴, de ampliação do corpo eleitoral, para isto, era necessário que os sujeitos, futuros eleitores, se encontrassem na condição de saber ler e escrever, sendo um resolutivo do movimento

⁴ ‘[...] Oligarquia significa etimologicamente ‘governo de poucos’, mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de ‘Governo dos ricos’ (BOBBIO, 1998, p. 836).

“Entusiasmo pela Educação”⁵. Nesse mesmo período, com essa oferta de ensino, evidencia-se uma discriminação da população analfabeta, pois, os mais afortunados com a oferta de ensino eram os grandes proprietários de terra “Isso não acontecia antes, já que o analfabetismo era comum mesmo entre poderosos proprietários de terra” (XAVIER *et al*, 1994, p. 104).

Para além disso, segundo Cunha (1978), o processo de discriminação social se desenvolveu dentro do próprio sistema de ensino, pela distribuição desigual das oportunidades de escolarização para as diferentes regiões e classes sociais do país, fazendo com que certos setores da sociedade dispusessem de maiores facilidades para frequentar a escola.

Mediante as reformulações⁶ no ensino, no âmbito da educação primária e secundária, transparecem as ações coletivas, implementadas na Primeira República, nas quais se observa que, essas políticas, “[...] foram pensadas de modo a promover reformas no ensino de caráter nacional, de longo alcance, homogêneas, coesas, ambiciosas em alicerçar projetos para uma ‘nação forte’” (SHIROMA, 2004, p. 14). Desse modo,

⁵ Movimento ideológico formulado para defender a instrução popular. Almejava com o aumento das instituições escolares e a disseminação da educação, integrar a população. Desse modo, poderia impulsionar o Brasil a difundir-se as grandes nações do mundo. Utilizava a educação como instrumento para formar o cidadão que viria, quando alfabetizado a compor o corpo eleitoral.

⁶ No Ensino Primário manteve-se o Ato Adicional de 1834, que possibilitava aos estados em condições mais elevadas economicamente realizarem modificações no Ensino Primário. Para o Ensino Secundário, podemos citar a Reforma Benjamin Constant (1890); Código Epiácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925).

[...] A burguesia acreditava que o ‘entusiasmo pela educação’ podia trazer um efeito real para a educação brasileira. O povo instruído escolheria melhor seus governantes, mas o povo instruído não estava escolhendo quem a burguesia desejava. O problema já não estava na instrução, mas na qualidade do ensino. Se a escola não estava funcionando bem, algo teria que ser feito: a solução encontrada foi uma reforma na escola, a partir de então surge o que Nagle caracteriza de ‘otimismo pedagógico’ (SAVIANI, 2000, p.51).

No final da década de 1910, os princípios pedagógicos ganharam relevância, sobressaindo-se em relação aos princípios políticos, dando espaço ao movimento do “Otimismo Pedagógico”, o qual enfatizava a qualidade da formação do homem para as tarefas sociais (PAIVA, 1973). Neste período, iniciam-se as disputas entre a Escola Tradicional e a Escola Nova, impulsionados pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932. Os Pioneiros defendiam a reconstrução educacional, sendo imprescindível, abandonar a organização de ensino tradicional e avançar para um modelo educacional que integrasse o homem na sociedade e expandisse o acesso às escolas. Essa concepção de ensino concebe o aluno como protagonista do seu aprendizado, sendo o professor um intermediador no processo de aquisição do conhecimento.

De acordo com Mortatti (2006), no Brasil, a constituição histórica e política da alfabetização aparecem mais no que diz respeito à discussão sobre os métodos, os quais não estão descolados de concepções que engendram a construção de determinadas políticas de alfabetização, provenientes do contexto social mais amplo. Essas discussões giram em torno de disputas entre novas e antigas explicações para um mesmo problema, o de alfabetizar a população. Nas palavras da autora:

Visando a enfrentar esse problema e auxiliar 'os novos' a adentrarem no mundo público da cultura letrada, essas disputas em torno dos métodos de alfabetização vêm engendrando uma multiplicidade de tematizações, normatizações e concretizações, caracterizando-se como um importante aspecto dentre os muitos outros envolvidos no complexo movimento histórico de constituição da alfabetização como prática escolar e como objeto de estudo/pesquisa (MORTATTI, 2006, p. 1).

Esses métodos de alfabetização geraram grandes conflitos entre o que é novo e o antigo, ou seja, tradicional e novo. Essas disputas também indicam que o tradicional é constantemente identificado como antigo e vazio, sendo considerada a origem de erros que ocorrem no presente. Assim, o discurso utilizado pelo novo e revolucionário passa a se sobrepôr ao tradicional, aos métodos que eram e ainda são utilizados, isso se corporifica também, ao tratarmos dos intelectuais à frente do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no sentido de se buscar a superação do que era considerado tradicional, velho, atrasado.

Conforme as políticas, inclusive econômicas, e os governos no Brasil vão se modificando, as políticas educacionais, conseqüentemente, sofrem mudanças, nestas, também as de alfabetização. Com o processo de modernização que ocorria no Brasil, constata-se o início da discussão em nível nacional sobre a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, iniciada em 1948 e promulgada em 1961 (lei n. 4.024/61), transferindo ao Governo Federal, a definição de metas e ações para a educação brasileira. Todavia, de acordo com Saviani (2000), não correspondeu às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo, tendo caráter apenas de estratégia de conciliação, na qual, existindo a lei ou não, as coisas continuavam da mesma forma.

Outra ocorrência importante no que se refere à alfabetização popular, nos anos que antecedem o Golpe Militar de 1964, é a atuação de movimentos populares. Como nos apresenta Cunha e Góes (1999), alguns movimentos populares, como a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Movimento de Educação de Base, Movimento de Cultura Popular e Centro Popular de Cultura, tinham como propósito reivindicar melhorias na educação, elencando, como principais objetivos de suas ações, promover e incentivar a educação de crianças e adultos⁷, erradicação do analfabetismo, legitimação da escola para todos, a ascensão e o acesso cultural do povo e sua participação nas decisões e resoluções de problemas sociais e políticos do país.

No ano de 1963, sob presidência de Jango⁸ (1963), algumas metas para a educação são traçadas, como O Plano Nacional de Educação – PNE⁹ e o Plano

⁷ Em janeiro de 1962 foi feita a primeira tentativa de alfabetização de adultos (quatro homens e uma mulher), empregando um método eclético e com ajuda de meios visuais – uma proposta de Paulo Freire. 'Em dois meses, com aproximadamente trinta horas, um dos alunos estava lendo trechos relativamente difíceis [...]. Em março formou-se nova turma, para repetir a experiência, obtendo-se resultados semelhantes' – como informa, em dissertação para o Curso de Serviço Social de Pernambuco, Zaira Ary, coordenadora do centro de Cultura Dona Olegarilha até novembro de 1962 (CUNHA et al, p.20, 1999).

⁸ João Belchior Marques Goulart, presidente da República entre 1961 e 1964, sendo deposto por um golpe militar. Tinha como ideal reformar o Brasil, traçando metas e elaborando programas, os quais não agradaram grupos dominantes, desse modo, sendo retirado da presidência pelos militares.

⁹ A constituição de 1988 compreendeu a organização de um plano de educação nacional, desse modo viabilizou '[...] a continuidade das políticas educacionais independentemente do governo, caracterizando-o mais como plano de Estado do que como plano governamental, o que é uma das vantagens de sua aprovação como lei'

Nacional de Alfabetização – PNA, ambos extintos logo após o Golpe. Os movimentos e metas traçados para o Brasil nesse período são assolados na Ditadura Militar, juntamente com seus idealizadores.

No período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), as modificações no âmbito educacional são realizadas para instrução popular, com foco, principalmente na alfabetização. Entretanto, nesse período, os programas e ações são iniciados pelo Estado e promovem a desmobilização das iniciativas populares do período anterior. Implantam-se, em seu lugar, programas tais como: o Movimento Brasileiro pela Educação – MOBREAL, que iniciou suas atividades em 1970, com o objetivo de alfabetizar a população brasileira de 15 a 35 anos, e o Projeto Minerva, criado pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, sendo uma das primeiras modalidades de ensino à distância. Ambos os programas foram direcionados para alfabetizar a população trabalhadora, já que havia a necessidade, por parte dos empresários, em melhorar a mão de obra empregada em suas empresas, exigindo escolarização. Desse modo,

O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico. Como se sabe, em educação, se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua

(LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 159). Em 2001, o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional, por uma vigência de 10 anos. Veremos o Plano Nacional de Educação ser reformulado em 2009 como uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, e passando a se constituir em 2014 como determinante de estratégias e metas para a educação dos próximos dez anos, ou seja, até 2024. Sendo um dos principais objetivos elencados pelo plano o de universalização do ensino e ampliação das oportunidades educacionais no Brasil.

alfabetização em 5 meses, como se propunha o programa (REFUFELS, apud NISKIER, 1989, p. 371-372).

Em 1971, a LDB é reformulada pela Lei n. 5692/71, em pleno regime militar, fixando Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e caracterizando-se pelos ideais e perspectivas políticas do período no qual o Brasil encontrava-se, o da Ditadura Militar.

O ideário de educação na Ditadura Militar concentra-se na tendência tecnicista de ensino. Ou seja, uma educação direcionada para a formação da mão de obra. Como nos expõe Aranha (1996), a tendência tecnicista em educação resulta em aplicar na escola, o modelo empresarial, que se baseia na “racionalização”, algo próprio do sistema de produção capitalista, por isso se explica também, a focalização nos rudimentos da instrução popular, ou seja, na alfabetização, mesmo ocorrendo de forma precária.

Com o fim da Ditadura Militar, o país se direciona novamente a mudanças educacionais e, a partir de 1980, entra em discussão uma série de questionamentos das práticas utilizadas até então para alfabetizar e “[...] com as novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, a fim de se enfrentar particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças” (MORTATTI, 2006, p. 10). Evidencia-se a necessidade de alteração nos mecanismos educacionais, sendo essencial a participação do aluno no seu próprio aprendizado, construindo-o, isso demarca nesse período, a introdução no Brasil da concepção construtivista para alfabetizar, tendo como principal norteador, os escritos de Emília Ferreiro¹⁰, engendrando o que foi

¹⁰ Emília Beatriz Ferreiro Schav, psicóloga argentina nascida em 1937 na cidade de Buenos Aires, foi orientanda de Jean Piaget na Universidade de Genebra. Direcionou seus estudos para a compreensão de como as crianças desenvolvem a escrita e leitura. É percussora do método de ensino construtivista e autora de uma das obras

denominado de “desmetodização do processo de alfabetização”.

Desse modo, até mesmo falar sobre método passou a ser considerado tradicional, e os problemas relacionados à alfabetização passaram a ser discutidos e ter encaminhamentos a partir das discussões realizadas no âmbito das políticas públicas, cujas perspectivas teóricas utilizadas têm predominado a da psicogênese da língua escrita, conforme propõe Mortatti (2006), a

[...] questão dos métodos passou a ser considerada tradicional, e os antigos e persistentes problemas da alfabetização vêm sendo pensados e praticados predominantemente, no âmbito das políticas públicas, a partir de outros pontos de vista, em especial a compreensão do processo de aprendizagem da criança alfabetizanda, de acordo com a psicogênese da língua escrita (MORTATTI, 2006, p. 3-4).

Essa concepção se instituiu no Brasil, fundamentando os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, elaborados no ano de 1997, e gera discussões que permeiam o processo de alfabetização ainda nos dias atuais. Logo, com as discussões em cenário sobre a alfabetização,

É possível, enfim, pensar que, sob o signo da modernidade, ou seja, do tempo histórico ao longo do qual se observa o movimento aqui apresentado, coexistem diferentes modernidades, no que se refere à alfabetização, de acordo com o modo como, em cada um dos momentos: produziram-se o sentimento e a consciência do tempo então presente; pretendeu-se, com ‘a verdade científica e definitiva’, constitutiva da busca

mais famosas sobre o assunto a Psicogênese da Língua Escrita, inspirada e motivada por Jean Piaget.

incessante daquele sentido moderno da escola e da educação, preencher a lacuna entre seu passado e futuro; e buscaram-se os sentidos do ler e escrever, para se enfrentarem as dificuldades de nossas crianças em adentrar no mundo público da cultura letrada (MORTATTI, 2006, p. 14).

De acordo com Neves (2004), o século XX e os anos iniciais deste século no Brasil, apresentam-se como um palco de reformas na educação, a fim de adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto de burguesia para a periferia do capitalismo. Por consequência, segue em direção ao neoliberalismo, sendo uma forma nova de capitalismo monopolista. Neste contexto em que se promulga a nova LDB¹¹, no ano de 1996, após a redemocratização do país, novamente reformulada- depois de tantos anos de discussão -, porém, não atendeu aos anseios e discussões que haviam sido realizadas pelos educadores no período, além disso, visava menos gastos com Políticas Sociais, inclusive na educação, algo decorrente do período em que foi implementada, o de Estado Mínimo. Desse modo, sem investimentos e, de acordo com as Políticas Econômicas do período, a LDB foi mais uma vez, restrita.

Em contraposição ao apresentado nos PCNs e direcionamentos legais, alguns estudiosos contemporâneos trazem outras concepções de alfabetização, tais, como Brotto (2013), Paula (2010), Soares (2010) e Freitas (2003), pois procuram apreendê-la no contexto geral em que encaminha, viabilizada um projeto de educação no Brasil.

Desse modo, para Brotto e Paulo (2010), a alfabetização é “[...] o estudo e a apropriação de uma certa modalidade da

¹¹ Resolutivo da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 jun. 2018.

linguagem: a escrita, como forma de representação da realidade” (BROTTO; PAULA, 2010, p. 2), bem como, a aquisição do código escrito, mas não apenas a decodificação, como também o uso dele nas Práticas Sociais (SOARES, 1985).

Para se pensar no processo de alfabetização como apropriação do código escrito, organizado por meio das Políticas Educacionais de determinado período histórico, faz-se necessário se pensar também, no que está subjacente aos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas brasileiras, ou seja, nos determinantes de como o processo de alfabetização deve ocorrer. Nesse sentido para “[...] concretizar a nova proposta para a educação das classes populares e para tentar vencer o fracasso da/na escola, muitas estratégias foram traçadas” (BROTTO, 2013 p. 24). Dentre estas estratégias, está a organização do sistema de ensino, dividido em ciclos em 2010 e, posteriormente, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, promulgado no ano de 2013, que passa a

[...] reorganizar a escola juntando séries, retirando da avaliação o poder de reter o aluno intra-séries de um ‘ciclo’ e introduzindo inovações pedagógicas como forma de compensar os efeitos das diferenças socioeconômicas, em uma tentativa de permitir ritmos diferenciados em espaços maiores de tempo (pelo menos em teoria) (FREITAS, 2003, p. 20).

A forma contemporânea de organização utilizada pelo MEC para concretizar as novas propostas elencadas pelo Plano Nacional de Educação – PNE, pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, vigente até 2024, possui como uma de suas metas, uma específica para a alfabetização, a meta 5, nela se propõe alfabetizar todas as crianças, até o final do 3º (terceiro) ano do

ensino fundamental I, dispondo de uma organização em ciclos.

No item subsequente, tratar-se-á sobre a Política de Ciclo e como esta engendra a constituição do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa no ano de 2013 e suas reformulações, a partir de 2017.

Para compreender o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: constituição e intencionalidades

O Ciclo Básico de Alfabetização, amparado pela Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, e alguns anos depois continuado pela Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010, fixava Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Para tanto, era anunciada a elaboração de programas que subsidiassem o ensino fundamental, com o objetivo de propor uma nova forma de organização do tempo e espaço escolar e padronização do ensino, e, teria como um de seus objetivos, evitar a evasão e a reprovação de alunos nos anos iniciais, viabilizando um maior tempo de escolaridade obrigatória para a aquisição do código escrito. Entretanto, os ciclos abrem possibilidades importantes de luta e resistência, de modo que denunciam a lógica excludente e exigem reparação (FREITAS, 2003). O que Freitas (2003) evidencia é que o Ciclo poderia representar a possibilidade de se desenvolverem Políticas Educacionais que possam realizar essa reparação.

A divisão do sistema de ensino em ciclos demandou de Políticas Públicas para atender às necessidades dessa nova organização. Assim, o Ciclo Básico de Alfabetização, amparado pela Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, estabelecia diretrizes e bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental. Para tanto, apresenta a necessidade de atingir uma meta, sendo essa, a de alfabetizar todas as crianças até

um determinado tempo, sem reprovação no processo de ensino. Desse modo, o Ciclo Básico de Alfabetização se apresenta em conformidade com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, sendo expressão de um projeto de Educação Brasileira.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, foi pensado no ano de 2012 pelo Governo Federal e o Ministério da Educação – MEC, com a Portaria nº. 867 e promulgado pela Lei n. 12.801, de 24 de abril de 2013, com o intuito de atender as demandas do Ciclo Básico de Alfabetização, que ampliam o período de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, estabelecendo a duração de 9 anos e limitando a repetência no processo de alfabetização.

O MEC, por meio da criação do PNAIC, anunciou atuar no sentido de minimizar o insucesso escolar ao tratar do ensino no ciclo de alfabetização. Para isso, articulou ações que envolveram o Governo Federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal e, ainda, procurou legitimar suas ações envolvendo diversas universidades¹² para a execução do programa, assim, procurou alcançar o objetivo de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade (BRANDÃO, 2017).

A concretização desta mobilização enuncia-se por meio da proposição do PNAIC, a qual conforme Peres (2016) “[...] envolveu a União, os estados, os municípios, as Universidades e agentes como gestores, especialistas, supervisores, orientadores de estudo, professores e professoras, pais, crianças” (PERES, 2016, p. 7). Todavia, apreende-se que tal empreitada teve muito mais uma estreita vinculação com metas

quantitativas, relacionadas com as políticas de avaliação em larga escala, implementadas na educação básica, e menos com a perspectiva de alfabetização que pretenda seu uso para além da possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o PNAIC, em relação à avaliação, apresenta três etapas: a primeira é realizada pelo professor em sala de aula; a segunda constitui-se na Prova Ana, feita no final do 3º ano e a terceira é a Prova Brasil, realizada no 5º ano. Assim, infere-se que há uma articulação direta do PNAIC com as avaliações de larga escala, nas quais o professor alfabetizador orienta sua prática pedagógica para os que cobram as avaliações.

Conforme evidencia Peres (2016), as Políticas Educacionais contemporâneas voltadas para alfabetização no Brasil são marcadas pelos seguintes aspectos, dentre outros,

[...] por mudanças no tempo de duração escolar (ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, com cinco anos na primeira etapa e com a obrigatoriedade da matrícula das crianças aos seis anos de idade); 10) pela política centralizada de formação docente, fundamentalmente pela criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, PNAIC; 11) pela determinação de políticas curriculares centralizadas para Educação Básica em geral, com implicações diretas no campo específico da alfabetização (PERES, 2016, p. 4).

Para tanto, a Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto, e define suas diretrizes gerais, apresenta as intervenções do PNAIC como forma de atingir os seguintes objetivos:

¹² Ao todo são quarenta e uma Universidades, tanto estaduais quanto federais. No Paraná, a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a Universidade Estadual de Maringá - UEM e a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG já aderiram às ações do PNAIC (BRANDÃO, 2017, p. 31).

I - Garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;

II - Reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;

III - **melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);**

IV - Contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;

V - Construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (BRASIL, 2012, s/p, negritos nossos).

As ações do PNAIC se desenvolvem com o intuito de alcançar os objetivos apresentados, por meio de eixos de atuação,

Para o alcance desses objetivos, as Ações do Pacto compreendem um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação, que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Essas ações são complementadas por outros três eixos de atuação: materiais didáticos e pedagógicos, avaliações e controle social e mobilização (BRASIL, 2014, p. 1).

No ano de 2017, o PNAIC foi reformulado para suas ações futuras na educação brasileira. Anuncia-se como justificativa, atender as metas traçadas pelo Governo e certificar um aumento nos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, dando sequência a

formação de professores e oferecendo subsídios para sua participação¹³.

Como eixo principal, atua na formação de professores e coordenadores pedagógicos, sendo especificamente uma formação direcionada ao ensino da Língua Portuguesa e da Matemática, desse modo como define o Documento Orientador do PNAIC (2017),

[...] passa a compor uma política educacional sistêmica que parte de uma **perspectiva ampliada de alfabetização**, trabalhando a Alfabetização na Idade Certa, a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, bem como a inclusão da Educação Infantil garantindo as perspectivas e as especificidades do trabalho de leitura e escrita com as crianças (BRASIL, 2017, p. 6).

Verifica-se no PNAIC, o anúncio da proposta de oferecer aos alunos um maior tempo para apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e aos professores, dissemina-se a ideia de uma maior autonomia na utilização de metodológicas e recursos didáticos a fim de propiciar ao aluno o uso do código escrito na sociedade,

Assim, a Meta de que aos 8 anos cada criança esteja plenamente alfabetizada é não só desejável, mas inteiramente possível. Depois de vivenciar a Educação Infantil e três anos do Ensino Fundamental, com orientação adequada, as crianças têm plenas condições de chegar às habilidades fundamentais de alfabetização e de letramento.

¹³ O PNAIC oferece bolsas de estudo e pesquisa aos participantes da formação continuada. O valor das bolsas varia de acordo com a função exercida no programa. Em geral as bolsas concentram-se no valor de R\$ 1.500 reais para coordenadores estaduais a R\$ 400,00 reais para pesquisador.

Considerando se dois anos de Educação Infantil, ao completar 8 anos, a criança terá vivenciado por cinco anos o processo formal de alfabetização (SOARES, 2010, p. 36).

O PNAIC, desde sua implementação nos anos de 2012 e 2013 até o ano de 2015, manifesta-se com números significativos de participantes. De acordo com o movimento Todos pela Educação - TPE¹⁴, de 2015,

[...] em termos de abrangência, o pacto pode ser considerado um sucesso: 5.494 municípios – entes federados responsáveis pelos anos iniciais do Ensino Fundamental e, portanto, pelo ciclo de alfabetização – aderiram. O número equivale a 99% do território brasileiro. Ao todo, cerca de 311 mil professores alfabetizadores já passaram pelos ciclos de formação. Além dos números de adesão, as cifras também impressionam: entre 2013 e 2014, foi investido 1,7 bilhão de reais no programa (TPE, 2015, s/p).

As reformulações no PNAIC 2017 não dispensam o que antes havia sido apresentado pelo programa, mas acrescenta algumas mudanças referentes à adesão do programa, à gestão municipal e estadual, à formação continuada e apoio financeiro, como se pode visualizar no quadro abaixo, de acordo com o Documento Orientador do PNAIC 2017:

¹⁴ Informações disponíveis no site do Todos pela Educação – TPE. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/33362/conquistas-e-desafios-do-pnaic/>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

Quadro 1: PNAIC 2017

ENVOLVIDOS	PROPOSIÇÕES	AÇÕES
ESCOLAS/ADESÃO	Juntamente com o Programa Novo Mais Educação ¹⁵ , as escolas que aderirem devem organizar ações no âmbito de formação em português e matemática. Municípios: Cada município assume a responsabilidade por implementar os cursos de formação continuada na rede municipal de ensino. Estados: assume a responsabilidade por garantir a implementação dos cursos de formação continuada na sua rede de ensino, em articulação com as redes municipais.	Articular-se com as instituições formadoras para promover atividades de formação continuada. Buscar uma evolução dos níveis de aprendizagem dos estudantes, considerando os resultados da ANA, da Prova Brasil bem como de outros instrumentos de avaliação adequados.
GESTÃO	A principal estratégia se detém a fortalecer a autonomia dos entes envolvidos, de modo a facilitar processos flexíveis de formação e de valorizar as especificidades, legais dos sistemas de ensino.	O Comitê Gestor Estadual é o grupo responsável pela articulação, diálogo e resultados da alfabetização.
FORMAÇÃO	Participarão na definição das formações realizadas no âmbito do PNAIC, Universidades Públicas, Institutos Federais, centros de formação de docentes regularmente instituídos e escolas alfabetizadoras e de educação infantil.	Esta formação estará focada em oferecer suporte didático-pedagógico aos professores e aos coordenadores pedagógicos para que estes possam concretizar os direitos de aprendizagem dos alunos. A formação PNAIC, em 2017, atenderá a três grupos diferenciados: a) professores e coordenadores pedagógicos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental permanecem como foco no processo de formação; b) professores da pré-escola e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil; e c) Articuladores e mediadores de aprendizagem das escolas que fazem parte do Programa Novo Mais Educação.
APOIO FINANCEIRO: BOLSAS	A concessão de bolsas de estudo e pesquisa aos participantes da formação continuada	O MEC desenvolveu o módulo SisPacto 2017, que integra o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC. O pagamento de bolsas condiciona-se à avaliação (com base em critérios de frequência e desempenho) e aprovação dos participantes no SisPacto 2017 e à inexistência de pendências no Sistema Geral de Bolsas - SGB.

Fonte: Elaboração das pesquisadoras, 2018 a partir de informações disponíveis no documento Orientador do PNAIC 2017.

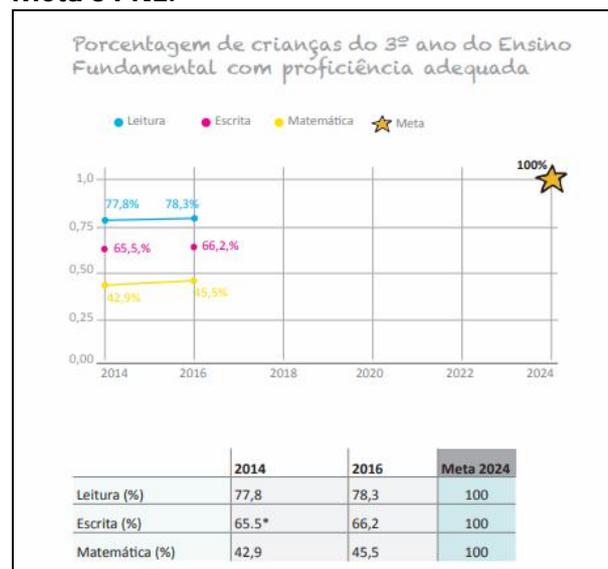
¹⁵ O Programa Novo Mais Educação, foi criado pela Portaria MEC n. 1.144/2016 e implementado em 2017, é uma estratégia do Ministério da Educação, que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://novomaiseducacao.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Segundo o Documento Orientador do PNAIC (2017), após suas experiências, desafios e resultados precedentes, propõem-se, para os próximos anos, a abertura e fortalecimento do diálogo entre União, Estados, Municípios, instituições formadoras e escolas, sendo, notável um direcionamento de funções para municípios e estados, formando uma equipe gestora, que se responsabilize. Desse modo, anuncia-se:

A intenção é promover a cooperação federativa e apoiar a constituição de equipes de coordenadores vinculados às redes de ensino para que estas assegurem o acompanhamento das ações do programa e avaliem a aprendizagem dos estudantes, responsabilizando-se também: (a) pela definição de metas a serem alcançadas; e (b) pelos resultados da alfabetização em seus estados e municípios (BRASIL, 2017, p. 7).

Essas mudanças engendraram-se e tiveram como justificativas os dados apresentados pela “[...] Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) em 2013 e 2014, nos quais se constatou o baixo rendimento das crianças em Língua Portuguesa e Matemática” conduzindo “[...] o Ministério da Educação a promover mudanças incrementais no PNAIC em 2016” (BRASIL, 2017, p. 4), com o intuito de reforçar o objetivo principal de atender as metas do PNE, mais especificamente a Meta 5¹⁶, que tem a intencionalidade de atingir, em 2024, o índice máximo na aprendizagem em leitura, escrita e matemática, conforme figura a seguir:

Figura 1: Leitura, Escrita e Matemática, Meta 5 PNE.



Fonte: ANA/IENP/MEC. Elaboração Campanha Nacional pelo direito à Educação, 2019¹⁷.

Com aproximadamente 7 anos para se atingir o nível máximo de resultado para chegar à meta, com menos da metade em 2016, pode-se inferir que as mudanças efetuadas na reformulação do PNAIC em 2017, objetivaram superar os índices baixos e referiram relação direta com as políticas de avaliação da Educação Básica, ou seja, vieram a coadunar-se com a Meta 2 do Plano Nacional de Educação - PNE (2014), que anuncia a pretensão de

[...] universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (BRASIL, 2014, p. 9).

¹⁶ Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental (BRASIL, 2014, s/p).

¹⁷ Disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2019/materiais/Cartelas_20_Metas_Balanco_C3%A7o_PNE_2019.pdf. Acesso em: 4 mai. 2019.

E a Meta 5, que define “[...] alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014, p.10), aliada à Meta 7, que está ligada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB em nível nacional, visam

[...] fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb¹⁸: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (BRASIL, 2014, p.10).

É indubitável que os objetivos traçados pelo PNAIC, atendem apenas o desenvolvimento nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, contudo, a questão não é apenas tornar a escola eficaz no ensino de Português e Matemática. Considerando as outras lógicas existentes dentro da escola, a questão é discutir em que direção essa eficácia se aplica (FREITAS, 2003). A intenção em oferecer apenas o ensino da leitura, escrita e Matemática é o

[...] reflexo de uma apreensão economicista e, para, além disso, fragmentada sobre os processos e as relações em que a educação se engendra e centra sua atenção em superestimar o papel da escola apenas como lugar de formação dos sujeitos para o mercado de trabalho (COSSETIN, 2017, p. 159).

A centralidade nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, evidenciam o papel da escola de formar sujeitos, apenas

¹⁸ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), elaborado para medir a qualidade da educação e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

para a mão de obra, ou seja, um ensino voltado para a produtividade, sem preocupar-se com a aquisição da Ciência. Todavia, o que está em jogo não é apenas o lado da eliminação no processo de alfabetização, da reprovação e da evasão escolar, mas também o lado econômico, ou seja, o custo-benefício, direcionando-se para o ensino de Português e Matemática, e não para a formação completa do sujeito (FREITAS, 2003).

Presume-se que o PNAIC busca, em conformidade com o Ciclo Básico de Alfabetização, agir de forma a reparar a eliminação das crianças no processo de alfabetização, assegurando um tratamento pedagógico que dispõe de materiais e ações para possibilitar mais oportunidades de aprendizagem no âmbito da leitura, escrita e Matemática. Dessa forma, pondera-se o apoio financeiro destinado à formação continuada dos professores com concessão de bolsas, o que oferece subsídios de custeios e incentivo para a sua participação. Em relação a controlar seus resultados, o programa faz isso por meio da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA.

Cabe ressaltar que, segundo Freitas (2003), a escola tem o papel de ensinar com qualidade a todos os alunos, sendo assim, o PNAIC configura-se assumindo um importante papel, na medida em que procura agir de forma a garantir o acesso à alfabetização, mas esse acesso deve ser garantido com qualidade, almejando uma formação integral e completa do sujeito para a aquisição da ciência. Em contraponto, se o programa está sendo executado apenas como meio de se alcançar índices maiores de desempenho nas avaliações, este não se configura como garantia de aprendizado e de qualidade de ensino.

Deste modo, o ensinar com qualidade envolve diversos fatores subjacentes à escola, ou seja, fatores políticos, sociais e econômicos, que influenciam diretamente na

qualidade empregada para o processo de ensino. A qualidade

[...] não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, ideias sobre como é a rede [...] e sobre como deveria ou poderia ser (BONDIOLI, 2004, p. 14).

Assim, a qualidade empregada pelo PNAIC é, em conformidade aos interesses do Ministério da Educação e do projeto de educação, traçado para o Brasil, visando com metas e estratégias, elevar índices baixos na educação.

Averigua-se que existe a oferta de ensino, como princípio estabelecido pela LDB n. 9.394/96, que visa garantir o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida dos sujeitos, mas, deve-se refletir sobre o modo como as Políticas Educacionais estão oferecendo condições para o acesso à educação e permanência na escola. Este deve ser considerado o ponto mais importante na compreensão das especificidades de cada aluno que se encontra no Ciclo Básico de Alfabetização, podendo vir a demonstrar e denunciar nos índices baixos das avaliações de larga escala, os desdobramentos do modo de produção capitalista, ao qual a população é submetida desde o nascimento.

Por conseguinte, segundo Freitas (2003), a escola não é um local ingênuo sob um sistema social qualquer. Espera-se que a escola cumpra uma determinada função. O papel da escola se resume ao de ensinar tudo a todos, e com qualidade, mas as condições que envolvem o ensino com qualidade são

afetadas pela forma com a qual a sociedade está organizada. Desse modo, a organização escolar cumpre o papel de manutenção do capital, mas há de se considerar as possibilidades de contradição aí existentes, que podem demarcar espaços de uma educação que atenda a maioria da população em suas necessidades de apropriação do saber.

Nessa perspectiva, compreende-se que as intencionalidades do PNAIC para a educação do Brasil, são convenientes em relação a possibilitar o acesso à alfabetização e subsidiar o processo, oferecendo um suporte formativo aos professores. Por outro lado, viabilizado pelas políticas de avaliação, cumpre com o papel de compor-se como mais uma estratégia para aumentar os índices de desenvolvimento do país. Segundo Werle (2011),

[...] Pode-se levantar a hipótese de que as políticas de avaliação não estejam presentes no cenário educacional brasileiro simplesmente para produzir comparações e emulação, mas para responder a estratégias gerencialistas de modernização e racionalização voltadas para resultados (WERLE, 2011, p. 770).

Nesse contexto não se leva em consideração a qualidade no ensino, pois, em processos avaliativos de larga escala, o específico, aquilo que envolve as condições sociais de cada sujeito, é esquecido, para que o generalizado por uma maioria seja considerado. Oferecendo-se as mesmas condições de avaliação para todos, mas não considerando as diferenças de realidades existentes no meio social. Deste modo, deixa lacunas no processo de alfabetização.

Considerações Finais

Neste artigo, foram apresentados elementos para a compreensão das

intencionalidades do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC como Política Educacional do Brasil. Nesse sentido, apreende-se que as políticas de alfabetização no Brasil são marcadas por processos de continuidade e descontinuidades dentro do cenário econômico, político e social. Isto significa afirmar que, só é possível compreender a alfabetização, também aquela proposta por meio do PNAIC, se forem estabelecidas relações entre os processos de alfabetização e a importância dada a eles em determinado tempo histórico, ou seja, se for considerada a organização social de modo mais amplo.

As proposições do PNAIC se concentram em oferecer formação continuada aos professores, incentivá-los com concessão de bolsas de estudos, oferecer materiais que direcionam as ações em sala de aula e controlar os resultados por meio da Avaliação Nacional da Alfabetização, buscando atingir as metas do PNE e a porcentagem máxima de crianças alfabetizadas no 3º ano do Ensino Fundamental I, até o ano de 2024. Disso pode-se apreender que são ações, que denunciam a preocupação central, que é a melhora de índices quantitativos e, apreende-se a formação mínima – Língua Portuguesa e Matemática - para a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, muitas vezes precarizado para a maioria da população.

Por outro lado, não se pode negar que o PNAIC representa a possibilidade de uma Política Educacional que poderia desempenhar papel importante e válido no processo de alfabetização, na medida em que promove o acesso à alfabetização e garante a permanência da criança por um ciclo, sem que esta seja excluída desse processo por reprovação. Outro aspecto importante do programa é a formação de professores, que poderia ser significativa, na medida em que há o envolvimento das Universidades neste processo e a oferta de materiais didáticos -

que deveriam servir de suporte pedagógico - mas que se tornam os direcionadores de todo o processo.

Entretanto, o PNAIC, aliado com a política de Avaliação Nacional da Educação Básica, SAEB e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), preocupa-se mais com o quantitativo do que com a qualidade, sendo mais importante atingir metas, elevar os índices e fazer isso em um tempo estipulado, o que acaba por torná-lo um programa viável para atender as necessidades de aumento dos índices de alfabetização do país. Sendo assim, configura-se como mais uma estratégia, e, por consequência, acaba sendo passível de falhas no processo de alfabetização, uma vez em que não considera as especificidades de cada criança – tempo para apropriação da leitura e escrita - e suas condições sociais. Assim, é equivocado assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o 3º ano do Ensino Fundamental I, se não forem considerados os demais determinantes que interferem neste processo.

Para além disso, apreende-se que as reformulações do PNAIC 2017, são amparadas, mais marcadamente, pelo Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica- SAEB, com o intuito de tornar o programa uma estratégia mais forte e eficaz no processo de aumento dos índices de alfabetização e, por consequência, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade**

negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRANDÃO. Angelita Catarina Dresch. **A formação continuada de professores alfabetizadores nos Cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** o que indicam as políticas educacionais. 2017. 57 f. Monografia (Curso de Pedagogia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador_versao_final.pdf> Acesso em: 19 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/documento_orientador_2014.pdf> Acesso em 23 nov. 2017.

BRASIL. **Portaria N° 851**, de 13 de julho de 2017. Define o valor das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores da pré-escola, alfabetizadores e do ensino fundamental, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e do Programa Novo Mais Educação - PNME. Diário Oficial da União. Brasília, n° 134, p. 19, 14 de jul. 2017. Seção 1.

BRASIL. **Portaria N° 826**, de 7 de julho de 2017. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação - PNME. Brasília, n° 130, pág. 20, 10 de jul. 2017. Seção 1.

BRASIL. **Lei n° 12.801**, de 24 de abril de 2013. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da

União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Diário da União, 25 de abril de 2013, Seção 1.

BRASIL. **Portaria N° 867**, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União. Brasília, n. 129, p. 23, 5 de jul. 2012. Seção 1, pt. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** 2014.

BROTTO, Ivete Janice de Oliveira; PAULA, Carla Ramos de. Dos Conceitos em Alfabetização à necessidade da compreensão da Concepção de Linguagem. *In: Simpósio Nacional de Educação, 2; Semana de Pedagogia, 21, 2010, Cascavel. Dos Conceitos em Alfabetização à necessidade da compreensão da Concepção de Linguagem.* Cascavel: 2010, p. 1-12.

COSSETIN, Márcia. **As políticas educacionais no Brasil e o Movimento Todos pela Educação:** parcerias público-privadas e as intencionalidades para a educação infantil. 2017. 337 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CUNHA, Luis Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na Educação.** Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar editor, 1999.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional.** In: ARAÚJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas*

educacionais. Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, Seriação e Avaliação: Confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

LIBÂNIO, João Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza SEABRA. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de Alfabetização no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>

NEVES, L. M. W. **As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo**. Trabalho apresentado no GT Estado e Política Educacional. 27ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, nov. 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt05/t0510.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2018.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: LOYOLA, 1973.

PERES, Eliane. **A produção da crença: políticas de alfabetização no Brasil na última década (2006-2016)**. Trabalho encomendado para a ANPED Sul 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-7->

[Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-e-Letramento.pdf](#). Acesso em: 15 jul. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 33. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, 3ª edição.

SOARES, Magda Becker. **As muitas facetas da alfabetização**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev./85.

SOARES, Magda Becker. **Por uma alfabetização até os oito anos de idade. Todos Pela Educação – TPE**. De Olho nas Metas 2010, São Paulo, p. 35-38, 2010. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/de_olho_nas_metas_2010___site.pdf> Acesso em 23 de nov. 2017.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado & Outras. **História da Educação**. A escola no Brasil. São Paulo. Ed. FTD. 1994.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.